



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA DEPARTAMENTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS- CAMPUS IX-BARREIRAS
CURSO DE PEDAGOGIA**

**EDILENE DE SOUZA DE JESUS
KALLINE JOANE DA CRUZ RODRIGUES**

**A PRESENÇA DA MÚSICA NA HISTÓRIA DA INFÂNCIA NO BRASIL:
UM OLHAR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL BRASILEIRA.**

BARREIRAS - BA

2021

EDILENE DE SOUZA DE JESUS
KALLINE JOANE DA CRUZ RODRIGUES

**A PRESENÇA DA MÚSICA NA HISTÓRIA DA INFÂNCIA NO BRASIL:
UM OLHAR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL BRASILEIRA.**

Trabalho monográfico apresentado à Universidade do Estado da Bahia - Departamento de Ciências Humanas- Campus-IX, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Professora Ma. Emília Karla Amaral.

BARREIRAS – BA

2021

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB

J58p

Jesus, Edilene de Souza de

A presença da música na história da infância no Brasil: um olhar para a educação infantil brasileira. / Edilene de Souza de Jesus, Kalline Joane da Cruz Rodrigues . - Barreiras, 2021.

40 fls.

Orientador(a): Emília Karla Amaral. Inclui

Referências

TCC (Graduação - Pedagogia) - Universidade do Estado da Bahia.
Departamento de Ciências Humanas.

1.Música. 2.Educação Infantil . 3.Infância . 4.História .
5.Aprendizagem .

CDD: 372

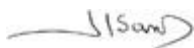
**EDILENE DE SOUZA DE JESUS
KALLINE JOANE DA CRUZ RODRIGUES**

**A PRESENÇA DA MÚSICA NA HISTÓRIA DA INFÂNCIA NO BRASIL:
UM OLHAR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL BRASILEIRA.**

Monografia avaliada e aprovada 10/06/2021 pela comissão formada pelos seguintes professores:



Profª Ma. Emília Karla Amaral (orientadora)
Universidade do Estado da Bahia – UNEB



Profª Ma. Jânia Cardoso dos Santos
Universidade do Estado da Bahia – UNEB



Profº Dr. Darto Vicente da Silva
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

BARREIRAS - BA

2021

Dedicamos essa pesquisa a Deus, que nos deu
força e direção para concluirmos este projeto.

AGRADECIMENTOS

Eu Edilene Souza, agradeço a DEUS, pelo dom da vida e por me ajudar a superar todos os obstáculos durante essa trajetória. Aos meus pais e irmãos pelo apoio, incentivo, principalmente nos momentos difíceis. A minha comadre Jaqueline, que sempre esteve ao meu lado me apoiando. Meus colegas de curso, em especial Kalline Joane minha parceira de TCC, Jefferson, e Samara Paulo. Aos meus professores, em especial Emilia Karla pela orientação, Neiva pelo apoio e Lucélia Noronha que me incentivou na escolha da temática. E por fim, a UNEB que juntamente com seu corpo de funcionários contribuiu para meu aprendizado.

Eu KallineJoane, agradeço a Deus, por ter me permitido concluir este projeto, sendo meu grande orientador. Aos meus professores que me ensinaram durante a minha trajetória. Em especial à professora Emília Karla, pela orientação e dedicação para a conclusão deste trabalho. Agradeço aos meus avós pelo incentivo e por serem os pilares da minha formação como ser humano. Aos meus colegas de curso, especialmente minha dupla Edilene e meus amigos Jefferson e Beatriz, por todos esses anos juntos de amor e respeito. Ao meu namorado e a todas as pessoas que me ajudaram durante essa jornada. Por último, quero agradecer à UNEB e todo o corpo docente pela oportunidade de aprender com essa instituição.

Muito obrigado,
Muito obrigado,
É importante saber agradecer
A quem me fez bem
A que me abençoou
Quem esteve comigo
Na alegria e da dor.
VALADÃO

RESUMO

O presente trabalho traz uma abordagem sobre a presença da música na história da infância no Brasil, tendo como objetivo analisar como essa se fez presente na história da educação brasileira ao longo dos anos e, qual a contribuição que a mesma trouxe e traz até os dias atuais, em especial para a educação infantil. A pesquisa realizada foi do tipo bibliográfica e os dados foram analisados em três períodos: Brasil Colonial, Imperial e República, com vistas a identificar como a música esteve presente nesses contextos. Foi perceptível que desde os tempos coloniais este recurso era utilizado na catequização dos indígenas. No Império ela aparece na reformulação das leis educacionais e na República passa a ser mais presente nas escolas. Com isso, a música como auxílio educativo está bastante presente no ensino, em especial na Educação Infantil. Ela auxilia no desenvolvimento linguístico, cultural, na criatividade, coordenação motora, na afetividade, socialização e entre outros aspectos, sendo um recurso primordial na educação das crianças.

Palavras-chave: música; educação infantil; infância; história; aprendizagem.

ABSTRACT

This research aims to present an approach about the presence of the music in the history of childhood in Brazil, having as main objective to analyze how this was present in the history of Brazilian education over the years, and what was the contribution in the current days, especially to early childhood education. The research involved in this work was a bibliographic type and the data were analyzed in three periods: Colonial, Imperial and Republic Brazil, in view of identifying how the music was present in these contexts. It's noticeable that since the Colonial period, catechization was the resource used in native people. In the Imperial, the education had a reformulation in the educational laws and in the Republic, it has been more present at school. Thereat, the music as an educational aid is very present in teaching, particularly in childhood education, benefiting in linguistic, cultural development, creativity, motor coordination, affectivity, socialization and among other reasons, being a primordial resource in the education of children.

Keywords: music; childhood education; childhood; history; learning.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I - REFERENCIAL TEÓRICO.....	11
2. A PRESENÇA DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO JESUÍTICA.....	11
A EDUCAÇÃO NO BRASIL IMPÉRIO E O LUGAR DA MÚSICA NAS ESCOLAS	16
A EDUCAÇÃO NO BRASIL REPUBLICANO.....	22
A EDUCAÇÃO INFANTIL EM SEU CONTEXTO HISTÓRICO	27
A CONTRIBUIÇÃO DA MÚSICA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DA EDUCAÇÃO INFANTIL	29
CAPÍTULO II - METODOLOGIA DA PESQUISA.....	32
3. TIPO DE PESQUISA	32
ANÁLISE DOS DADOS	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS.....	37

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa realizada fez uma abordagem sobre a presença da música na história da infância brasileira, isso porque desde tempos arcaicos até os dias atuais a música se fez e se faz presente na vida do ser humano. Dessa forma, concebendo a utilização da música como instrumento pedagógico relevante para o processo de ensino e de aprendizagem a reconhecemos como parte importante nesse processo desde a infância até a vida adulta.

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB9394/96), tendo como objetivo o desenvolvimento integral da criança até os cinco anos de idade, desenvolvendo os aspectos psicológico, físicos e sociais, com o apoio da família e da comunidade.

Considerando que a Educação Infantil é a etapa em que o indivíduo amplia consideravelmente o seu desenvolvimento físico, bem como verbal, psicomotor, intelectual, social e emocional, é fundamental que na escola seja desenvolvido um trabalho lúdico de qualidade, que englobe todas as ferramentas necessárias para aquisição de novos conhecimentos. Assim, a música nesse nível de ensino faz parte dessas ferramentas necessárias para a aquisição de saberes.

Para compreendermos os caminhos percorridos pela música durante toda a jornada educacional do nosso país, é preciso voltar no tempo, sendo relevante conhecer a educação desde a época da colonização do Brasil, com os jesuítas, que iniciaram aqui seus trabalhos com a educação, com a chegada da corte portuguesa. A Companhia de Jesus, fundada na Europa em 1540, liderada por Inácio de Loyola e regida pela Igreja Católica, iniciou as atividades de evangelização no Brasil, inicialmente na Bahia em 1549, com os índios que aqui já residiam, sendo implantada, juntamente com a colonização, a educação jesuítica, que tinha como propósito converter os nativos para a religião católica ensinando-os a obedecer aos princípios que regiam seus estatutos catequéticos, e os cânticos religiosos eram constantes nas aulas. Dessa forma, é perceptível que a música já se fazia presente na educação jesuítica, percorrendo uma trajetória de várias mudanças até os dias atuais.

Esse estudo nasceu da necessidade de responder à seguinte pergunta: De que forma a música está presente na história da Infância e da Educação Infantil brasileira ao longo dos anos? Com isso, foi possível buscar informações que mostram como a música se desenvolveu como ferramenta mediadora no processo de aprendizagem, em especial na escola.

De tal modo, a tese teve como objetivo geral analisar como a música se fez presente na

história da infância brasileira ao longo dos anos e assim contendo os seguintes objetivos específicos: examinar a história da educação brasileira no período Brasil Colônia, Império e República; investigar qual a contribuição que a música trouxe e traz até os dias atuais; identificar as práticas musicais usadas ao longo dos anos no processo de ensino e aprendizagem e, por fim, verificar quais contribuições à música trouxe para o processo de ensino e de aprendizagem.

Trata-se de uma pesquisa do tipo bibliográfica, que teve como suporte materiais já publicados em livros, revistas, artigos científicos, jornais, teses, dentre outros. O seguinte trabalho se divide em dois capítulos: o primeiro apresenta o referencial teórico, sendo delimitado em partes: a presença da música na educação do período colonial, no Brasil impérial e no Brasil republicano e a importância da música na Educação Infantil. Já o segundo capítulo aborda a metodologia da pesquisa, tendo como dois subtítulos: tipo de pesquisa e análise de dados. E finalizando com as considerações finais e as referências bibliográficas utilizadas no trabalho.

Espera-se com esse estudo despertar para a importância da música na sala de aula, como auxílio para o professor na mediação da aprendizagem, contribuindo para o desenvolvimento da linguagem, da coordenação motora, e entre outras. Espera-se também evidenciar de que forma a música esteve presente na educação, em especial na educação das crianças pequenas. Além disso, a pesquisa é de suma importância para nossa formação acadêmica, pois amplia nossos conhecimentos acerca do contexto histórico da Educação Infantil em junção com a música, bem como para auxiliar os futuros profissionais nessa área.

CAPÍTULO I - REFERENCIAL TEÓRICO

2. A PRESENÇA DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO JESUÍTICA

Nesta pesquisa bibliográfica buscou-se analisar os caminhos da música na educação, iniciando com os jesuítas que introduziram a educação no Brasil Colônia, que buscavam a conversão dos índios para a fé católica e os ensinamentos da leitura e da escrita. Portanto, o padre Manoel da Nóbrega, juntamente com a Companhia de Jesus, fundou na Bahia, em agosto de 1549, a primeira escola de ler e escrever. A princípio, os jesuítas observaram o interesse dos indígenas por músicas e danças, por serem usadas em suas culturas nativas, levando Nóbrega a usar essa arte para aproximar-se dos nativos.

Inicialmente, o grupo se firmou como uma ordem missionária em caráter militar e religiosa, tendo como propósito transformar os indígenas em homens civilizados, de acordo com os padrões europeus do século XVI, para com isso, formar uma nova sociedade. Essa preocupação veio da necessidade de incorporar nos índios o mundo burguês, para a produção de mão de obra, criando neles o hábito do trabalho. Com o amparo do Estado português e com a permissão do Papa, os jesuítas iniciaram a conversão dos gentios e a instrução das crianças e jovens na colônia.

Em se tratando de um modelo de ensino, não havia nos países europeus tal modelo, dado que o analfabetismo se estendia até a alta nobreza, pois saber ler e escrever eram privilégio para poucos. De acordo com Mattos (*apud* NETO; MACIEL, 2008, p. 175):

Se o sistema escolar português de 1549 era, como acabamos de ver, ainda diminuto e embrionário, nem por isso diríamos que Portugal estava nesse ponto em grande atraso em relação à maior parte dos países da Europa. A situação era mais ou menos a mesma na Espanha, no sul da Itália, na Bélgica, Holanda, Inglaterra, Irlanda, Países Escandinavos, Polônia, Rússia e nos Balcãs. O ideal democrático de uma rede escolar para toda a massa da população ainda não começara a materializar-se, previsto apenas vagamente pelos devaneios utópicos de Thomas Morus e Campanella. Quanto a planos e tentativas de organização de um sistema escolar extensivo a toda a população, abrangendo todos os graus de instrução como o entendemos modernamente, apenas começavam a surgir por essa época as primeiras ideias com Lutero e Sturm na Alemanha (1536), Calvino em Genebra (1538), Santo Inácio de Loyola (1540) e o Concílio de Trento (1545), em função da tremenda luta religiosa que desde 1517 abalava a Europa. Esse sistema escolar em gestação seria, apenas, um recurso estratégico nessa luta e, como tal, começava a ser discutido e ensaiado na Alemanha, França, Suíça e norte da Itália.

Assim, após quinze dias já instalados em Salvador, os jesuítas abriram a primeira escola de ler e escrever, juntamente com uma igreja. Encabeçados pelo padre Manuel da Nóbrega, que fez a divisão e nomeação de seus ajudantes para exercer as funções dentro da instituição. Para

isso, eles precisavam comunicar com os índios, pois as línguas diferentes entre eles era uns dos meios que dificultavam esse processo.

Diante disso, o primeiro jesuíta a aprender a língua dos índios foi Aspilcueta Navarro, que chegou à Bahia em 29 de março de 1549, juntamente com outros padres para iniciaram seus planos de catequizar e ensinar os nativos. Conforme foram instalados na Vila Velha, povoação de Francisco Pereira Coutinho, primeiro donatário da Bahia, realizou-se a primeira missa em um domingo, datado em 31 de março de 1549 no Brasil. Através de relatos pelas cartas do padre Nóbrega, destacou-se que os habitantes nativos do Brasil não possuíam vocábulos, por serem muito brutos e poucos vocábulos para poder declarar a fé no cristianismo. Ademais, os padres jesuítas foram viver com os índios em suas aldeias, onde tentaram ensinar a doutrina cristã, mas opôs-se contra as práticas indígenas, principalmente a antropofagia. Todo esse alvoroço causou revolta nos índios, e com isso tiveram que se retirar para casas de barro, feitas por taipa de pilão, técnicas utilizadas com barro e madeira, onde permaneceram por muito tempo. (HERNANDES, 2010).

Inegavelmente, os jesuítas perceberam que para ensinar os nativos, teriam que entender sua cultura, bem como, recrutar ajudantes que sabiam falar a língua tupi, para mediar o contato entre os índios e os padres, e ensinar os novos padres que aqui chegavam. Logo, o padre Nóbrega executou muitos planos para conseguir doutrinar os infiéis para a fé católica, “ganhando muitas almas para Deus”. Segundo Daher (*apud* TELES; LIMA, 2016, p. 2):

Os jesuítas trabalharam muito, nos primeiros anos de apostolado no Brasil, para aprender as línguas dos índios, determinando-se a viver nas aldeias onde doutrinavam-nos aos poucos enquanto forjavam os instrumentos necessários à eficácia da obra apostólica. Nesse sentido, contavam com a colaboração das línguas, intérpretes das línguas indígenas que, vivendo desde muito cedo dentre os índios, eram homens inteiramente integrados à vida selvagem, como é o caso da língua de que Nóbrega dizia necessitar para pôr em tupi “as orações e práticas de Nosso Senhor”, e que andava na ocasião “mui ocupado em queo Governador lhe manda.

Desse modo, em 1551 chega ao Brasil o segundo grupo de padres jesuítas e junto com eles vinte meninos órfãos de Lisboa. Esses meninos foram distribuídos para os demais colégios jesuítas, exercendo suas funções que já haviam sido treinados para auxiliar os padres nas suas obras de evangelização. E então, na Bahia a escola foi transformada em Colégio dos Meninos de Jesus. (NETO; MACIEL, L. S. B, 2008).

Em 1553, o Brasil tornou-se uma província da Companhia de Jesus, e o então Nóbrega foi indicado como seu primeiro provincial decretado em carta assinada por Loyola, no mesmo ano. Nesse ínterim, ele continuou com sua obra missionária em busca de novas almas. Quando em 1559 Nóbrega foi demitido, assumiu o seu lugar, Luiz da Grã. Então foi feito um plano de estudos que consistia em trabalhar os conteúdos elementares: o aprendizado do português, doutrina cristã, o ensino de orações e outros textos cantados em língua basílica, vindos da Europa, marcando nesse início o uso da música para a catequização dos indígenas. Francisco de Vaccas era o responsável pela música na Catedral da Bahia, com o cargo de metre-de-capela. (MONTEIRO, 2009).

Relata-se que um dos religiosos, por nome de Pedro de Almeida teria sido designado para o ensino de música para os meninos do colégio, ensinando alguns cantos como cantochão, conhecido como canto gregoriano e o polifônico.

A chegada dos jesuítas, em 1549, marca o início do uso da música na catequização dos índios. O já mencionado padrão de catequização dos jesuítas englobava “o ensino de orações e outros textos cantados”. Os silvícolas chegaram a ser ensinados a tocar instrumentos e a cantar, tanto o cantochão quanto o canto de órgão. (MONTEIRO *apud* TELES; LIMA, 2016, p. 3).

Para Monteiro (2009), os jesuítas faziam uso dos cantos dos índios, trocando as palavras do canto por outras que adorassem a Deus. Também introduziram músicas cristãs na língua tupi e tocadas em instrumentos indígenas. Os jesuítas perceberam que o uso do canto era uma ferramenta eficiente na conversão de indígenas. Essas ações da Companhia de Jesus foram mal interpretadas pelo Primeiro Bispo do Brasil, D. Pero Fernandes Sardinha, que não concordou com algumas práticas, proibindo referências à música em cerimônias religiosas e eventos profanos, realizados principalmente por indígenas.

Essa restrição ao uso da música nos colégios entre os padres jesuítas parte de Inácio de Loyola, que acreditava que a música pudesse atrapalhar o foco dos religiosos, pois o intuito maior da missão da Companhia de Jesus era a salvação de todos. Essa restrição continha no primeiro regulamento da ordem, chamado de *Prima Societatis IESU Instituti Summa*, de 1539, no qual eram proibidos o coro e o órgão. Essa proibição da música nos estabelecimentos jesuíticos foi vista pelos assessores papais como restritiva demais. Por outro lado, no século XVI, a música era utilizada pelos luteranos, como forma de atrair os fiéis. Com isso, os

protestantes representavam ameaça para a igreja católica, ou seja, a música atraía fieis para o protestantismo e com a sua ausência afastavam da igreja jesuítica. (MONTEIRO, 2009)

Em 1555 o padre Inácio de Loyola, decide abdicar à proibição da música, permitindo o coro aos domingos e em dias festivos. Desse modo, com a morte de Loyola e passados dois anos, o Papa Paulo IV comunica ao novo superior da ordem, Diego Lainez, sobre a restrição da música, pois não era ocupação dos jesuítas se empenhar nessa temática. Somente a partir do Concílio de Trento, concluído em 1562, que a música é incluída, tendo o cantochão, conhecido como canto gregoriano por ter sido coordenado pelo Papa São Gregório Magno, como canto oficial da liturgia. Assim, a música precisava adaptar-se e ser produzida de acordo os costumes locais. Dessa maneira, os jesuítas começaram a compor músicas na língua local e a adaptar canções indígenas para temas referentes ao cristianismo, segundo registros do Padre José de Anchieta, descritos no livro de Couto de Magalhães (1897, p. 29). Abaixo a tradução de um poema que, provavelmente, seria ensinado aos índios:

*O Virgem Maria,
Tupancyêté,
Aba pe ara pora
Oicóendêyabé*

De acordo com algumas fontes, na catequização do aldeamento de Mboy, no Colégio de São Paulo de Piratininga, novos instrumentos são identificados na localidade em 1759, sendo um dos aldeamentos com maior quantidade de instrumentos musicais, registrados em todo país, são eles:

Humorgan pequeno, hum manicórdio, hum baixão, duas harpas, huã caixa com vários papeis de solfa, duas rabecas novas com sacos de baeta vermelha, e suas caixas, huã dita [Rabeca] velha com saco de linhage, hum Rabecaõ novo com sua caixa". E sobre as práticas musicais: "Tres Bancos no couro, dous de espaldas, ehum perno órgão. Huã caixa emque estão noves sayotes, e outros enfeites das danças dos carijós. (HOLLER apud BITENCOURT, 2017 p. 42).

Conforme, foram chegando mais missionários ao Brasil a musicalidade aperfeiçoou-se em técnicas, estilos e símbolos, evidenciando-se um processo de transculturação, na utilização da música. A priori, os missionários foram os primeiros a se dedicarem ao ensino da música, depois os mestres de capela, enviados de Portugal que também exerciam a função de instrutores da arte e da música para quem pudesse pagar. Mais tarde, os índios, negros e mulatos que se destacavam na música passam a exercer essa função, de forma limitada, instruídos pelos mestres de capela, com o objetivo de interpretarem as composições por eles preparadas.

Todavia, chega à Bahia o terceiro grupo de padres jesuítas em 13 de julho de 1553, comandado por Luiz de Grã. Com isso, ocorreram significativas mudanças no sistema educacional brasileiro, dentre elas as construções de novos colégios e a nomeação do padre Vicente Rodrigues, conhecido por Vicente Rijo de Sacavém, Portugal.

Aos 21 anos de idade, já na Bahia, foi incumbido, pelo padre Manuel da Nóbrega, de catequizar e ensinar a ler e escrever os meninos indígenas, tornando-se, desse modo, o primeiro professor a ministrar aulas na primeira escola brasileira, o Colégio da Bahia. Após quatorze anos de belo trabalho e bons resultados, o padre Vicente Rijo foi transferido por motivos de saúde para Porto Seguro. (NETO; MACIEL, 2008, p.178).

Em consequência, a escola recebeu seu nome e passou a chamar-se de Colégio dos Meninos de Jesus de São Vicente, que ofertava o ensino de grau primário, secundário e inclusão do ensino artístico. A relação de matriculados era de cem meninos aproximadamente.

Em síntese, o Colégio dos Meninos de Jesus de São Vicente foi a instituição educacional que melhor se desenvolveu nessa fase pioneira da educação no Brasil e serviu para pôr em evidência as ricas possibilidades do primitivo plano educacional esboçado por D. João III no Regimento de 1548. (MATTOS *apud* NETO; MACIEL, 2008, p. 178).

Visto o desenvolvimento que ocorria na época do Brasil colônia, algumas divergências entre os padres jesuítas acabaram afastando alguns padres de suas funções, devido à proibição de internatos para educandos leigos, essa nova política foi promulgada no Brasil em 1556.

Contudo, foi elaborado em 1596 e publicado em 1599, o método educacional jesuítico, o *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Jesu*, conhecido como *Ratio Studiorum*. Esse método direcionava as ações dos padres em sala de aula, visto que estabelecia o currículo, a administração e a orientação do sistema educacional vigente naquela época. Esse método incluía novas modificações, como: a utilização da música, a carga horária, e introdução de novas disciplinas.

Com isso, o *Ratio* ressaltava algumas opções de cursos, o curso secundário, o curso de teologia e o curso de filosofia. O curso secundário era denominado como estudos inferiores que tinha duração de cinco anos, com prorrogativas de seis anos e encaminhava à formação literária e humanista, e foi o que mais se propagou na colônia. Já os cursos superiores, eram inseridos os cursos de filosofia e ciências, com duração de três anos.

Nota-se que esse método utilizado pelos padres jesuítas no Brasil colonial, com base no *Ratio Studiorum*, tinha como foco a catequização, o ler e escrever. E em caráter optativo, o ensino de canto orfeônico, a música instrumental, teatro, gramática, e a memorização pela repetição. Com a solidificação do método de ensino jesuítico no século XVII, passaram a

ensinar formalmente também os filhos da elite colonial no Brasil. Mas, o grau de instrução era diferenciado de acordo o estrato social dos indivíduos. Alguns eram preparados para o ingresso na faculdade de Coimbra.

O plano de estudos propriamente dito foi elaborado de forma diversificada, com o objetivo de atender à diversidade de interesses e de capacidades. Começando pelo aprendizado do português, incluía o ensino de doutrina cristã, a escola de ler e escrever. Daí em diante, continua, em caráter opcional, o ensino de canto orfeônico e de música instrumental, e uma bifurcação tendo em um dos lados o aprendizado profissional e agrícola e, de outro lado, aula de gramática e viagem de estudos à Europa. (RIBEIRO, 1987, p. 23).

Em suma, fica evidente que a orientação do *Ratio* se baseava na cultura europeia, priorizando a formação da elite colonial e revelando o desinteresse em instruir os índios, tornando o plano legal em apenas catequizar os mesmos, pois, do ponto de vista religioso e econômico, o ideal era tornar o índio mais dócil e acessível para a mão-de-obra.

Mas devido à forte influência que os jesuítas estavam exercendo, representando uma grande ameaça para D. José I, sob pretexto de terem armado um suposto atentado ao Rei, a corte portuguesa decretou em 3 de setembro de 1759, promulgado pelo Rei D. José I, a expulsão dos Jesuítas, tanto do Brasil quanto de Portugal, movimento comandado pelo então Ministro de Estado, Marquês de Pombal. Foram implantadas reformas pelo Alvará Régio em 28 de junho de 1759, que alteraram a estrutura de educação de Portugal e consequentemente no Brasil colonial. Tais mudanças ocorreram na criação de escola secundária e primária, que buscaram reformar o currículo das escolas, baseadas na concepção do Iluminismo. Por outro lado, o ensino mantinha certa influência dos jesuítas em suas práticas educativas, que percorreu por todo o tempo no “período colonial (1500-1808) até os anos iniciais do período imperial (1808-1889)”. (SILVA; AMORIM, 2017, p.193).

A EDUCAÇÃO NO BRASIL IMPÉRIO E O LUGAR DA MÚSICA NAS ESCOLAS

Com as devidas transformações ocasionadas pela Revolução Francesa (1789) e pela Revolução Industrial, a partir da segunda metade do século XVIII, a família real portuguesa muda-se para o Brasil em 1808, devido à revolução comandada por Napoleão Bonaparte na França. Isso ocasionou mudanças na colônia, com abertura de novas instituições de nível superior, na Academia Real da Marinha (1808), Academia Médico-cirúrgica da Bahia (1808), Academia Médico-cirúrgica do Rio de Janeiro e Academia Real Militar (1810). (VIEIRA, s\nd).

Entretanto, estes cursos iniciavam a entrada de nível superior no ensino do Brasil. Todavia, a estrutura de ensino imperial perpassava em três níveis: o primário; o secundário e o superior. O primário continuava com a mesma técnica de ensino, apenas ler e escrever. Já o secundário, permaneceu com as aulas régias e o superior com propósito de ensino profissionalizante.

Conforme Nascimento (2006, p. 1), diante da independência do Brasil, conquistada em 1822, e posteriormente a fundação da Assembleia Constituinte e Legislativa, cria-se a primeira Constituição, que visava orientar e reorganizar a estrutura brasileira e a educação. A Constituição, outorgada em 1824, afirmava que a instrução primária seria gratuita para todos os cidadãos. Mas em 15 de outubro de 1827, a Assembleia Legislativa aprovou a primeira lei sobre a educação do Brasil Império, estabelecia que: em todas as cidades, vilas e lugares populosos haverá escolas de primeiras letras que forem necessárias. Essa mesma lei ordenava que os presidentes das províncias definissem os professores, as disciplinas, com ensinamentos da moral cristã com foco na religião católica, o ensino da Constituição do Império e da História do Brasil.

Todavia, houve registros que afirmavam que era bastante precário o ensino, pela ineficiência da administração, havendo abandono do poder público em decorrência do repasse de materiais, baixa frequência de alunos, baixo salário dos professores e a complexidade dos conteúdos ensinados. No entanto, a Assembleia Legislativa institui o Ato Adicional de 06 de outubro de 1834, que tinha como regulamento, que cada província se responsabilizasse pelas diretrizes e pelo funcionamento das escolas de ensino elementar e secundário. Com isso, em 1835 foi instituída a primeira escola normal no Brasil, em Niterói-RJ. O ensino era precário, com um só professor e poucos alunos, fechou em 1849 devido à falta de alunos. Logo após, foram sendo construídas outras em diversas províncias.

Segundo Castanha (2013, p. 179), houve bastante debate ao longo desse tempo acerca do ensino imperial, onde as preocupações se intensificaram para que se tomassem medidas em prol da implantação de um sistema de educação pública. Em 1854, no Rio de Janeiro, foi elaborado um documento sobre o ensino primário e secundário, decreto nº 1.331 de 17 de fevereiro de 1854, como objetivo de estruturar a educação imperial para, à população livre e vacinada, excluindo os escravos, os que tinham doenças contagiosas e os não vacinados de se matricularem nas escolas públicas.

No tocante à idade, foram delimitadas as faixas etárias conforme os graus de ensino, no ensino primário os estudantes deveriam ter entre 05 anos a 14 anos, no ensino secundário, entre 14 e 21. Como também, o regulamento determinou a obrigatoriedade de frequentarem o ensino primário, pagando uma multa de 20 a 200 réis aos pais ou responsáveis pelos alunos livres, com

a faixa etária demarcada, que não os levassem à escola. Já o ensino secundário não era obrigatório.

Em relação às disciplinas, o currículo do primeiro grau, constituía de: “instrução moral religiosa; leitura e escrita; gramática; aritmética; sistema de pesos e medidas do Município da Corte”. E o do segundo grau: “desenvolvimento da aritmética em suas aplicações práticas, leitura explicada dos Evangelhos e notícias da história sagrada; princípios das ciências físicas e da história natural aplicável aos usos da vida; geometria elementar, agrimensura, desenho linear; noções de música e exercícios de canto; ginástica, estudo do sistema de pesos e medidas, não só do município da Corte, como das províncias do Império, e das principais nações com quem o Brasil mantinha relações comerciais”. (BRASIL, 1854).

Acerca da instrução secundária, o decreto delimita a duração de 07 anos e as cadeiras obrigatórias a serem cursadas, seriam: “Latim; grego; inglês; francês; alemão; filosofia racional e moral; retórica e poética, que compreendia também o ensino da língua e literatura nacional; história e geografia; matemática; ciências naturais (zoologia, botânica, mineralogia, geologia, física e química); artes de desenhos, música e dança. (BRASIL, 1854).

Como foi possível verificar, o referido decreto engloba desenho, música e dança com um *corpus* artístico único no ensino secundário, diferentemente do tratamento dado aos no ensino primário, o que sugere a existência de um professor polivalente que ensinava os três conteúdos simultaneamente. (QUADROS, JR; QUILES, 2012, p. 176).

No mais, o regulamento elucida sobre os meninos de faixa etária de 12 anos, que forem encontrados na rua, em condições de pobreza. Estes deveriam ser direcionados para a escola pública ou particular beneficiada pelo governo, que ofertava material escolar e uniforme, e exigia dos pais a instrução elementar. Mas, o ensino primário era apenas a única escala que os indivíduos menos favorecidos subiam, pois, o ensino secundário e o superior eram apenas para a elite. O ensino das meninas era separado dos meninos, em locais diferentes, visto que era limitado à doutrina cristã, a escrita, leitura e o cálculo elementar, acrescidos do bordado, costurar e aulas de agulhas, tencionando a vida doméstica. (SCHUELER, 1999).

Para Ribeiro (1992) a educação imperial apresentava escassez na qualidade do ensino, pois não havia um plano para as fiscalizações das escolas primárias e secundárias, visando o melhoramento na qualidade dos conteúdos e objetivos. A instrução primária continuou com as aulas de leitura, escrita e cálculo. Já a instrução das aulas secundárias predominou para os alunos do sexo masculino. Assim, essa etapa marca o início de algumas realizações na educação imperial.

Criação da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte destinada a fiscalizar e orientar o ensino público e particular (1854); estabelecimento das normas para o exercício da liberdade de ensino e de um sistema de preparação do professor primário (1854); reformulação dos estatutos do Colégio de Preparatórios, tornando-se por base programas e livros adotados nas escolas oficiais (1854); reformulação dos estatutos da Academia de Belas Artes (1855); reorganização do Conservatório de Música e reformulação dos estatutos da Aula de Comércio da Corte. (RIBEIRO, 1992, p.53).

No entanto, no dia 19 de abril de 1879, pelo decreto nº 7.247, a reforma de Carlos Leôncio de Carvalho, que inovou e reformulou o ensino do império, inspirado no dogma do positivismo e do método intuitivo, foi publicada, para reformulação dos ensinos primário, secundário e superior, atentando para o desenvolvimento da sociedade brasileira, tendo a educação como parte principal desse processo. As mudanças ocorreram em diversas áreas no campo da modernização e questões sociais, com a abolição da escravidão, o trabalho assalariado, a colonização das terras, a liberdade religiosa, dentre outros. (MELO; MACHADO, 2009).

Finalmente, a educação passou a ser vista como prioridade essencial na vida do ser humano e como necessária para o desenvolvimento social, cultural, econômico e cognitivo. Com isso, Leôncio de Carvalho foi um dos autores que ressaltou a importância da educação na formação do ser humano, assim como para o progresso da sociedade, afirmando isso em seu relatório apresentado na Assembleia Legislativa no ano de 1878:

A instrução constitui elemento vital das sociedades modernas; ela é a primeira condição de qualquer progresso material e moral, porque ela é sua luz como a liberdade é sua atmosfera. Todas as instituições dela dependem, pelo jogo regular desse mecanismo, sobretudo, aquelas que estão ligadas de um modo imediato e essencial à vida política e social das nações; porque, à medida que cresce seu fundo científico, os povos descobrem novos horizontes e marcham mais seguramente em busca de seu ideal de perfectibilidade, reformando o presente, preparando o futuro e melhorando cada vez mais as condições de sua existência. (ALMEIDA, 1989, p. 182).

Por certo, muitos foram os debates e projetos acerca da problematização da educação naquela época, buscando através dos decretos e reuniões uma melhoria na instrução da educação imperial. Entre as medidas essenciais, destacam-se a obrigatoriedade da instrução primária e a criação de jardins de infância para as crianças de três a sete anos, fundação de bibliotecas e bibliotecas populares, museus e caixas escolares, ampliação da quantidade de escolas normais, a não obrigatoriedade do ensino religioso para alunos que não eram católicos, sendo ministrado depois da aula regular ou em dias alternados e o fim da proibição de matrícula de escravos. Estabelecia a liberdade de ensino e de frequência para o ensino secundário e superior, assim como a escolha das matérias. (MELO; MACHADO, 2009).

Outro ponto marcante que o decreto enfatiza é sobre os conteúdos lecionados para o ensino primário, são eles: “instrução primária; instrução religiosa, leitura e escrita; noções de cousas; noções essenciais de gramáticas, de aritmética; sistema legal de pesos e medidas; noções de história e geografia do Brasil; elementos de desenho linear; rudimentos de música, com exercício de solfejo e canto, ginástica e costura simples para meninas”. (MELO; MACHADO, 2009).

Já os conteúdos do ensino do segundo grau são os mesmo do primeiro grau, com adição de outras disciplinas, como: álgebra; geometria; física; química; história natural, explicações sobre as principais aplicações à indústria e seu uso; política do império, noções de lavoura e horticultura; noções de economia social e prática manual de ofícios (para meninos) e economia doméstica e trabalhos de agulhas (para meninas). (MELO; MACHADO, 2009).

Ademais, o documento elucida sobre o ensino da música, mudando a nomenclatura para “rudimentos de música, com exercícios de solfejo e canto”, que é a leitura cantada das notas musicais de uma partitura e a obrigatoriedade da disciplina de música vocal na formação de professores, nas escolas normais do estado. (QUADROS JR; QUILES, 2012).

Segundo Augusto (2010), a criação da Academia de Belas Artes de marca a atuação da música, reorganizando a capela Imperial, para as óperas e a inauguração do Conservatório de Música (1848). Com a atitude do governo de oficializar o ensino de música, foi realizada por Antônio Pinto Chichorro da Gama (1800-1887), para o relatório do Ministério dos Negócios do Império no ano de 1833, que as aulas de músicas, pudessem aperfeiçoar e desenvolver o talentosos brasileiros.

No mesmo ano de 1833, reunia-se um grupo de músicos, capitaneados por Francisco Manuel da Silva (1795-1865), para a criação da Sociedade Beneficência Musical, ou simplesmente Sociedade de Música, como ficou conhecida. Além das finalidades que envolviam a promoção de benefícios sociais para seus membros, a sociedade envolvia-se com a proposta de criação de um Conservatório de Música na Corte. (AUGUSTO, 2010, p. 68 e 69).

Francisco Manuel da Silva (1795-1865) foi um compositor, maestro e professor brasileiro, autor na melodia do hino nacional e fundador do Conservatório de Música, que originou a Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Para ele, que buscou seu ideário nos gregos, em relação à utilização da música e sua função social, esta era necessária e as instituições humanas deveriam cultivá-la para se tornarem mais felizes e melhores cidadãos (AUGUSTO, 2010).

Com o passar do tempo, o Conservatório foi mudando significativamente, passando a ter aulas de canto, instrumentos de sopro (clarinete e flauta) e instrumentos de corda (rabeça e

violoncelo) e as demais aulas de rudimentos de música e solfejo que já estavam inseridas anteriormente. Assim sendo, em 1875 e 1876, os professores se reuniram para formular o Projeto de Estatutos e Reorganização do Conservatório, para ser apresentado ao Ministério dos Negócios do Império, sendo aprovado e executado provisoriamente em 16 de julho de 1878.

Mas somente em 1881, foi formalmente decretado. Com a função do ensino da música, os alunos teriam que apresentar documentos que comprovassem a vacinação em prazo menor de quatro meses, certificado de exame de escola pública, que comprovasse que sabia ler e escrever. Outro ponto determinante é a participação das mulheres na instituição, pois o acesso delas nos estabelecimentos de ensino era limitado. O canto foi a principal escolha dos alunos do Conservatório. Não obstante o descaso do governo para com o conservatório era uma constante.

Conforme Aranha (2006), a maioria das mulheres naquela época era analfabeta, sendo poucas ensinadas em casas pelos pais. O ensino doméstico preponderava, em relação ao ensino de ler e escrever, com o objetivo de prepará-las para o lar. Somente com a primeira Lei Educacional do Brasil Império de 1827 que determinava aulas regulares para as meninas, apesar de justificar que a instrução seria para aperfeiçoar as funções maternas e que as aulas deveriam ser ministradas por senhoras prudentes e honestas, separadamente dos meninos. Com isso, a educação feminina teve que esperar a fase pré-republicana do final do século para mudanças mais significativas.

Frente a diversas divergências que ocorriam naquela época, onde muitos defendiam a mudança que precisava ocorrer no sistema educacional, principalmente, a educação para todos, o ensino livre, a obrigatoriedade do ensino, a preparação dos profissionais da educação, o repasse dos materiais necessários por parte do governo e a instrução de qualidade para todos sem distinção, era pauta marcante durante todo o período imperial.

Assim, a atenção é chamada para o fato de a criança ser um ser ativo, da necessidade de se respeitar a ordem natural do seu crescimento, de desenvolver os sentidos, capacitando-a a descobrir as coisas por si mesma e, em consequência, o preparo do professor parece indispensável. (RIBEIRO, 1992, p. 65)

Contudo, somente na década de 1870 que o governo começou a se empenhar na educação da instrução primária e profissional à população, mas ainda com ressalvas em relação aos professores, em não dar auxílio e valorização para promover um ensino de qualidade. Com isso, o Brasil se torna republicano, mas ainda assim havia grande índice de analfabetismo no país, onde muitos não tinham acesso a uma escola normal, sendo privilegiados apenas para a hierarquia.

A EDUCAÇÃO NO BRASIL REPUBLICANO

No Brasil República, a educação passa por várias mudanças, em virtude de toda história relacionada desde tempos colônias até os dias atuais. É de suma importância salientar que no Brasil Império e no início do Brasil República a educação tradicionalista se fazia presente, desse modo o contato com a música nesse período era algo inconsistente. Portanto, conforme os dados no início da República no Brasil, o sistema educacional passou por várias modificações, segundo o Portal da Educação:

ao considerar de modo específico a educação, este período foi muito fecundo para as reformas no sistema educacional, muito influenciadas pelas ideias da filosofia positivista que considerava a devoção à ciência como grande guia a ser usado em todos os aspectos da vida individual e social¹.

Corroborando com o que foi mencionado, as reformas no sistema educacional foram muitas, isso por que segundo Ribeiro (1993, p.1), “os primeiros anos da República caracterizaram-se por várias propostas educacionais, visando à inovação do ensino” e assim até chegar ao modelo de educação atual.

Desse modo, faz-se necessário ressaltar algumas reformas para compreender a trajetória da educação no país e as mudanças que ocorreram na organização da estrutura escolar no decorrer desse tempo.

A primeira reforma foi a de Benjamim Constant que tinha como princípios a liberdade e um ensino laico, sendo também gratuito para a escola primária (FILHO, 2005), correspondendo a uma das primeiras reformas na primeira República. Nessa fase a organização escolar era dividida em dois ciclos: 1º grau (07 aos 13 anos) e 2º grau (13 aos 15 anos), que correspondia a sete anos de estudos. É perceptível que na organização curricular o autor cita a música de forma bem periférica no contexto educacional da época.

Para compor sua fisionomia enciclopédica, paralelamente a esse eixo, dispunha-se no currículo o estudo do português nos dois primeiros anos; do Inglês e do alemão do 3º ao 5º ano; do latim e do francês nos três primeiros anos; do grego no 4º e 5º anos; da geografia nos dois primeiros anos; da zoologia, da botânica, da meteorologia, da mineralogia e da geologia no 6º ano; da história natural no 6º ano; da história do Brasil e da literatura nacional no 7º ano; do desenho, da música e da prática de ginástica nos quatro primeiros anos. Como se não bastasse, em todos os anos, estava previsto o estudo de revisão de todas as matérias anteriormente estudadas que, no 7º ano, ocuparia a maior parte do horário escolar. (FILHO, 2005, p.3).

¹<https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/periodo-republicano-historico-da-educacao-no-brasil/34882>.

A reforma de Benjamim Constant era organizada de forma que durante os sete anos de estudos os alunos tivessem uma base que percorresse entre o estudo de português, alemão e outras línguas, o estudo da geografia; zoologia; história natural e do Brasil. Nessa parte dos últimos anos a música aparece, só que de forma insignificante, além de desenho e práticas de ginástica.

Já a reforma Eptácio Pessoa (1901) aborda o ensino secundário como preparatório para o acesso aos cursos superiores existentes na época, outra mudança é a questão da quantidade de anos, que na de B. Constant eram sete anos, nessa nova reforma passa a ser seis anos o ensino secundário.

A reforma Eptácio Pessoa, de 1901, assinalava nova fase na evolução do ensino secundário brasileiro, em seguimento ao período iniciado pela reforma B. Constant. Comparada com esta última, ela não é apenas uma nova reforma, mas, sobretudo, representa mudança radical do sentido da atuação federal em face do ensino secundário de todo o país. Essa mudança se retrata em dois pontos principais: a consolidação da equiparação, ao Colégio Pedro II, tanto dos colégios particulares quanto dos estabelecimentos estaduais, e sua transformação em instrumento de rigorosa uniformização de todo o ensino secundário nacional. Mas, também em relação ao currículo e a outros aspectos da organização didática do ensino secundário, a reforma E. Pessoa teve o sentido do encerramento do ciclo iniciado, logo após 1889, pela primeira reforma republicana do ensino secundário. (SILVA *apud* FILHO, 2005, p. 4).

De acordo com o autor, a reforma de Eptácio Pessoa também fracassou devido o objetivo de dar ao ensino secundário um sentido próprio não ter sido alavancado, pois o ensino secundário continuou sendo apenas um estudo preparatório para ingressar no ensino superior.

A Reforma Rivadávia Correa (1911) ficou conhecida por desoficializar o ensino brasileiro, isso devido o mesmo ter como propósito preparar o aluno para o mercado de trabalho. Além disso, essas ações propiciaram o aumento de cursos sem qualificação, pois estavam preocupados somente em formar bacharéis e doutores. Deve ser ressaltado que com a lei orgânica 1911 da reforma de Correa retiraram a intervenção do estado no setor educacional, designado um ensino livre. Segundo Cury (2009, p. 725):

o ensino livre seria o antídoto dos maus catedráticos, da busca desenfreada pelos diplomas e não pela ciência, fraudes e instalações precárias. Referindo-se à autonomia dos institutos e do corpo docente, ele afirma (p. XI): “A autonomia não se restringiu a uma vantagem exclusiva das congregações (...) é também um direito do professor, quanto ao sistema e método do ensino, que são de sua competência e em que a iniciativa individual pode dar fecundos resultados”.

Desse modo, as artimanhas e regalias as famílias nobres eram pertinentes, assim esse sistema não teve êxito, sendo considerada essa reorganização educacional desastrosa e revogada pelo ministro do interior Carlos Maximiliano. Segundo o autor:

a despeito do fracasso do decreto Rivadávia naquilo que lhe é precípua, qual seja o decriar substantividade na educação através de escolhas puramente sociais mercadistas, como se a educação fosse um produto de mercado, no qual os indivíduos pudessem escolher o melhor produto, não há dúvida de que certos regramentos ali propostos vieram para ficar. O decreto de Maximiliano que o seguiu, embora o alterasse precisamente naquilo que lhe é essencial, a educação como produto de mercado, incorpora dimensões que ali foram propostas. (ROCHA, 2012, p. 234-235).

Em decorrência disso, logo após encaminha a nova reforma Carlos Maximiliano (1915), que dentre as outras reformas essas é considerada a mais inteligente da primeira república, isso por que C. Maximiliano se preocupou em melhorar o ensino secundário em consequente houve melhorias também do ensino superior.

Silva afirma que foi uma reforma inteligente pelo fato de que procurou manter das reformas precedentes o que nelas houvesse de progressivo e fosse conciliável com a experiência anterior. Assim, da Lei Rivadávia conserva-se o exame de admissão às escolas superiores; do Código Eptácio Pessoa, o ensino seriado e a redução do currículo; da Reforma B. Constant, a restrição da equiparação aos estabelecimentos estaduais; e da relativamente longa experiência do ensino secundário brasileiro, os exames preparatórios. (SILVA *apud* FILHO, 2005, p. 6).

Correlacionado com a citação, Carlos Maximiliano reorganizou e agregou todas as reformas anteriores, o que resultou em melhorias na qualidade do ensino. De tal forma, essa reforma é responsável pela primeira universidade no Brasil, a Universidade do Rio de Janeiro. Assim, por consequente a reforma de João Luiz Alves/Rocha Vaz (1925), segundo Filho (2005, p.6):

trata-se de um prolongamento e de uma ampliação das medidas preconizadas por Carlos Maximiliano em 1915, portanto, de uma reforma de consolidação da anterior e que preparou o terreno de modo definitivo para a implantação de um ensino secundário seriado, que marcará o fim dos exames de parcelados a partir dos anos 1930.

De tal modo, com o término da primeira república, já na Era Vargas (1930-1964), que se caracterizou em segunda e terceira República, é criado o Ministério da Educação, além disso, publica-se uma série de decretos, denominados Reforma Francisco Campos. Assim, segundo Fausto (2001):

as iniciativas do governo Vargas na área educativa, como em outros campos tinha uma inspiração autoritária. O Estado tratou de organizar a educação de cima para baixo, sem envolver uma grande mobilização da sociedade, mas sem promover também, consistentemente, uma formação escolar totalitária, abrangendo todos o

aspectos do universo cultural. (FAUSTO, 2001, p. 188).

Corroborando, vale ressaltar que a era Vargas traz um ponto ilusório sobre a educação, pois o objetivo era o crescimento e fortalecimento do governo, tendo como foco o lucro e a produtividade do sistema capitalista. Segundo Boutin e Silva (2015, p. 4496):

as diversas proposições para a educação, levadas a cabo pela gestão de Vargas, disfarçavam a verdadeira intenção de utilização do ensino como um instrumento que colaborava para o projeto reformista que ampliava as disparidades sociais e formava uma grande massa de trabalhadores dispostos a cooperar para o aumento do lucro e da produtividade do sistema capitalista.

Passado por um período longo, cheio de rupturas, a sociedade começa a ter um novo olhar para a infância. Vários teóricos passam a defender os direitos da criança, no decorrer dos anos, assim trazendo contribuições relevantes para o desenvolvimento do indivíduo. De tal modo o ensino teve suas modalidades divididas, conforme a Lei de Diretrizes de Bases (2017, p. 17) “Art. 21. A educação escolar compõe-se de: I – a educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; II – educação superior”.

Assim conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010, p. 7):

o atendimento em creches e pré-escolas como direito social das crianças se afirma na Constituição de 1988, com o reconhecimento da Educação Infantil como dever do Estado com a Educação. O processo que resultou nessa conquista teve ampla participação dos movimentos comunitários, dos movimentos de mulheres, dos movimentos de trabalhadores, dos movimentos de redemocratização do país, além, evidentemente, das lutas dos próprios profissionais da educação.

A Educação Infantil passa a ser dever do estado e um direito de todos, criando o atendimento em creches e pré-escolas para as crianças. Todavia, vale ressaltar que esse nível é recente, pois essa nomenclatura foi sancionada com a LDB 9393\96, tendo como finalidade o o desenvolvimento integral da criança Além disso, a concepção de criança e infância começa a ser formada e moldada trazendo contribuições significativas para o sistema educacional.

Os documentos atuais que norteiam essa etapa são: A Lei de Diretrizes de Bases (LDB 9394/96), Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, 1998), Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI, 2010), e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017).

A Educação Infantil divide-se em creche e pré-escola, tendo como objetivo o desenvolvimento integral, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, desse modo

visa também colocar essa criança no seu contexto histórico, e suas práticas cotidianas, vivenciando, dessa forma o brincar, fantasiar, aprender e construir coisas novas.

Conforme o que foi mencionado sobre o desenvolvimento das crianças, a música tende a contribuir de forma relevante. Conforme o RCNEI:

a música no contexto da educação infantil vem, ao longo de sua história, atendendo a vários objetivos, alguns dos quais alheios às questões próprias dessa linguagem. Tem sido, em muitos casos, suporte para atender a vários propósitos, como a formação de hábitos, atitudes e comportamentos: lavar as mãos antes do lanche, escovar os dentes, respeitar o farol etc.; a realização de comemorações relativas ao calendário de eventos do ano letivo simbolizados no dia da árvore, dia do soldado, dia das mães etc.; a memorização de conteúdos relativos a números, letras do alfabeto, cores etc, traduzidos em canções. (BRASIL, 1998, p. 47).

Embasado no documento, vimos que a música traz contribuições em todos os aspectos, pois tende a auxiliar no processo de aprendizagem. Assim, vale ressaltar que esta deve estar presente na Educação Infantil e o professor como mediador deve explorá-la de forma relevante para a sala de aula, não só em momentos de comemorações, mais sim em todos os momentos, pois pode-se trabalhar a música na aquisição da fala, no desenvolver da coordenação motora, nas questões de comportamento, dentre outras.

De tal forma, é notório a presença da música de forma pedagógica em documentos que norteiam o ensino, onde venha auxiliar na mediação das aulas contribuindo para o processo de aprendizado do alunado, isso é perspicível na nova base, a BNCC, dentro dos seus campos de experiências. Dessa maneira, a BNCC estabelece cinco campos de experiências: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações é possível dentro os campos a utilização da música para o ensino.

O campo que trata do eu, do outro e do nós traz uma abordagem de convívio com o próximo, empatia, a construção de identidade, no modo de agir, pensar de si próprio, valorizando e respeitando as diferenças. Assim, nesse campo a música se faz presente nos momentos de interação dos grupos, das dinâmicas entre outras atividades que proporcione esses momentos de interação.

O corpo, gestos e movimentos fazem com que as crianças movimentem o corpo, explorem o mundo, produzam conhecimentos culturais por meios dos diferentes tipos de linguagem: músicas, danças, proporcionando momentos lúdicos.

No campo traços, sons, cores e formas, espera-se que a criança conviva com as diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, dentre elas pintura, modelagem, colagem entre outras, contribuindo assim para o desenvolvimento da mesma.

Escuta, fala, pensamento e imaginação enfatizam a linguagem oral em diversas formas de meio cultural, sendo conversas, cantigas de rodas, jogos, que promovam experiências e potencialize o vocabulário da criança.

Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações: as noções de espaço, tempo, dos fenômenos naturais mostrando para a criança a diversidade, trabalhando com observações, manipular objetos entre outras atividades, assim construindo para o processo de aquisição de conhecimento,

Portanto, é perceptível que os campos de experiências ressaltam vários meios para contribuir no processo de ensino e de aprendizagem do educando, assim a música faz parte desse processo, isso devido os mesmos darem a oportunidade de trabalhar a música de forma pedagógica donde irá auxiliar ao professor e trazendo as contribuições verídicas para o desenvolvimento integral da criança.

A EDUCAÇÃO INFANTIL EM SEU CONTEXTO HISTÓRICO.

A Educação Infantil no Brasil surgiu recentemente, devido a isso, por muitos anos a educação das crianças ficou sob a responsabilidade da família. Historicamente, não se respeitava as particularidades das crianças no que se refere aos aspectos físicos, motor e emocional, sendo estas vistas com adultos em miniatura. Uma trajetória de muitas mudanças foi percorrida até chegar nessa nomenclatura conhecida atualmente como a primeira etapa da criança em uma instituição formal de educação.

Segundo Oliveira “registra-se que até o século XIX não existia o que hoje denominamos Educação Infantil, pois foi com a urbanização e a expansão da escola obrigatório no Brasil que ela surgiu” (OLIVEIRA *apud* MAIA, 2012).

Correlacionando com a citação anterior, a creche é instituída no final do século XX, isso por que as mulheres começam a trabalhar fora de casa, nas fábricas, tendo, desse modo, a necessidade de deixar seus filhos. São criadas as primeiras creches no Brasil, porém há registros que já existiam escolas de jardim de infância particulares e quem frequentava era a elite, os filhos da burguesia. No decorrer dos anos, a Educação Infantil consegue seu espaço, com base nas leis. Conforme Maia (2012):

foi com a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que houve avanços para a Educação Infantil. Pela primeira vez no Brasil, com a Constituição de 1988, reconheceu-se um direito próprio da criança pequena, o direito à creche e à pré-escola. O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n. 8.069/julho de 1990, em seu artigo 54, determina que o Estado tem o dever de oferecer atendimento em creches e pré-escolas para crianças de 0 a 5 anos. Na LDB n. 9394/1996, a nomenclatura Educação Infantil passou a ter forma mais favorável à criança pequena, e a Lei declara que a Educação Infantil se destina a crianças de 0 a 3 anos em creche e de 3 a 5 em pré-escolas, tornando-se parte integrante da Educação Básica brasileira. Ela “tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade”. (LDBEN, Art. 29). (MAIA, 2012, p.40 e 41).

Segundo a autora, a Educação Infantil começa a ser vista de forma visão diferenciada, tendo como foco o desenvolvimento da criança e uma educação de qualidade. A Educação Infantil passa a ser gratuita e direito de todos, mas a visão que perdurou por muito tempo era que a mesma tinha o papel somente do cuidar. Estudos embasados em teóricos que visam o aprendizado e o desenvolvimento da criança nessa fase provocaram uma mudança, dando ênfase a essa primeira etapa como sendo de suma importância para o desenvolvimento integral da criança.

Assim, de acordo com a LDB:

Art. 29. A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 2017, p.22).

Quanto à organização da Educação Infantil, a LDB (2017) diz que será organizada de acordo com as seguintes regras: avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança.

II – carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional; III – atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral; IV – controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas; V – expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança. (BRASIL, 2017, p. 22).

É de grande valia ressaltar que alguns documentos foram de fundamental importância para o desenvolvimento do sistema educacional, principalmente os referentes à Educação Infantil como o Referencial Curricular para Educação Infantil, RCNEI (1997) e as Diretrizes Curriculares para Educação Infantil (2009). Atualmente as orientações pedagógicas e curriculares estão atualizadas na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, (BRASIL, 2017, p.7):

é um documento que define o direito de aprendizagens na Educação Básica conforme o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE), e que se aplica à educação escolar, sendo definido o artigo 1º da Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional - LDB, Lei nº 9.394/1996.

A BNCC orienta que sejam trabalhadas as competências que são propostas de acordo com os campos de experiência, dando direito à criança de construir suas próprias ideias, deixando fluir sua criatividade, dando oportunidade para a criança aprender de forma diferenciada, possibilitando o direito de brincar, de conviver, de participar, explorar, de expressar-se, e conhecer-se; assim a partir das experiências as crianças interagem com o mundo físico e social.

Portanto, a Educação Infantil é uma etapa de suma importância para a vida, pois é nessa fase em que a criança desenvolve vários aspectos, como a linguagem, coordenação motora, cognição entre outros.

A CONTRIBUIÇÃO DA MÚSICA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DA EDUCAÇÃO INFANTIL.

A música faz parte da vida do ser humano desde tempos remotos, fazendo parte de sua cultura, diferenciando assim os modos de se expressar, sentir e falar de cada comunidade, tendo suas relações de valores e a formação de sua identidade cultural preservada.

De acordo com Brito (2003, p.25), “a linguagem musical tem sido interpretada, entendida e definida de várias maneiras, em cada época e cultura, em sintonia com o modo de pensar, com os valores e as concepções estéticas vigentes”.

Nesse contexto, a música é uma sintonia que mexe com o corpo e a mente, fazendo assim transbordar vários sentimentos, possibilitando a diversão, o contato com o próximo, a revitalização da alma, fazendo o bem para nosso corpo. De acordo com a BNCC:

a Música é a expressão artística que se materializa por meio dos sons, que ganham forma, sentido e significado no âmbito tanto da sensibilidade subjetiva quanto das interações sociais, como resultado de saberes e valores diversos estabelecidos no domínio de cada cultura. (Brasil, 2017, p.196).

Portanto, a mesma é de suma importância para o processo contínuo de desenvolvimento do ser humano, pois as expressões, o modo de agir, faz existir concepções demandando diferentes, que devem ser valorizadas em seus aspectos sociais e culturais.

Porém, a música não vem sendo utilizada com todas as suas potencialidades no ensino. De acordo com Brito (2003), a música na Educação Infantil tornou-se algo repetitivo e mecânico,

isso devido o repertório das canções serem frequentes, além, gestos e movimentos monótono no decorrer do ano letivo, algumas músicas sendo trabalhadas só em datas comemorativas, e nesses momentos sem nenhuma preocupação com o processo de ensino e aprendizagem. Desse modo, a autora aborda:

precisamos ensaiar a música do dia das mães”, dizia a professora, preocupada mais em cumprir seu calendário de eventos do que em fazer música com as crianças. Enquanto isso, explorar possibilidades de expressão vocal, corporal ou instrumental e pesquisar, inventar, escutar e pensar a música ficavam em segundo plano ou, muitas vezes, em plano nenhum. (BRITO, 2003, p.51).

Em concordância com a citação, é visível que essa situação vem sendo repetidas no ensino da Educação infantil, onde os educadores estão mais preocupados com o cumprimento do calendário do que com o desenvolvimento do educando. Assim, faz-se necessário que a música seja utilizada de forma que venha a auxiliar no desenvolvimento da linguagem, coordenação motora e na socialização.

Conforme o RCNEI (BRASIL,1998, p.49), “a linguagem musical é excelente meio para o desenvolvimento da expressão, do equilíbrio, da auto estima e autoconhecimento, além de poderoso meio de integração social”.

Assim, percebemos a relevância que a música tem na vida do ser humano, nesse sentido a mesma sendo utilizada como instrumento pedagógico será de grande valia para o processo de ensino e aprendizagem e na construção cultural do aluno, bem como o desenvolvimento cognitivo e sociomotor da mesma.

A música não substitui o ensino de linguagens, ciências da natureza e matemática, mas sim, vem somar para que o desenvolvimento da criança seja significativo, pois como é notório, as crianças aprendem cantando e se divertindo, visto que, algumas músicas educativas vêm ensinando a contar, a falar palavras diferentes, cores, entre outros conceitos. Assim, o docente como profissional deve saber como levar a música para a sala de aula.

Sendo assim, é imprescindível que o profissional não só compreenda a importância da música para o ensino, mas também como essa contribuição se dá nos processos de aprendizagem. Em um primeiro momento, é preciso levar em conta que o contato da criança com os sons acontece desde antes do seu nascimento, a mesma desde muito cedo se envolve com o universo sonoro que a rodeia.

Segundo Brito (2003, p.35), “podemos dizer que o processo de musicalização dos bebês e crianças começa espontaneamente, de forma intuitiva, por meio do contato de toda variedade de sons do cotidiano, incluído aí a presença da música”.

Nesse sentido, ao longo do seu desenvolvimento o indivíduo interage e se relaciona com tudo ao seu redor, o contato com os sons e ainda com a música, segundo Brito (2003) é um fator importante para que o mesmo desenvolva a afetividade e a cognição. Sendo assim, trabalhar com a música na Educação Infantil requer primeiro, uma relação do profissional com esta, e sobremaneira, é necessário observar o modo como às crianças se expressam através da música, entendendo como a mesma fortifica o ambiente de relações, promovendo o desenvolvimento dos sujeitos. Segundo Souza:

a música na escola só traz vantagens para a vida das crianças; uma maior consciência de si, o respeito e a compreensão do outro e visões críticas das dimensões da vida; isto, sem falar na divulgação e valorização da área como campo profissional e da ação estimuladora e criativa para o conhecimento da música. (SOUZA *apud* ARAUJO, 1992, p.3).

Assim, como ressalta o autor, é de suma importância para o processo de ensino e aprendizagem da criança, a utilização da música como um instrumento pedagógico, que auxilia em seu desenvolvimento educacional e social.

Dessa forma, faz-se necessário ressaltar aqui que a intenção não é destacar o ensino da música, mas a utilização da mesma, como instrumento pedagógico, que venha contribuir no desenvolvimento do ensino, em especial em creches.

CAPÍTULO II - METODOLOGIA DA PESQUISA

3. TIPO DE PESQUISA

A pesquisa realizada compreendeu um estudo bibliográfico, tendo como suporte materiais já publicados em livros, revistas, artigos científicos, jornais, teses e dentre outros. A pesquisa bibliográfica, segundo Lakatos e Marconi (2001, p. 183):

abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto.

O estudo bibliográfico tem apoio de instrumentos que auxiliam na elaboração do trabalho, pois o embasamento teórico e o levantamento de dados contribuem de forma relevante para o pesquisador, com isso é preciso se atentar para a veracidade dos dados coletados, pois pode haver incoerência nas informações.

Para Gil (2002, p.45) “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

Os benefícios desse tipo de pesquisa são imensos, pois conforme Gil (2002) seria impossível o pesquisador realizar certo estudo, em que o mesmo tivesse que percorrer o mundo para obter informações, assim essa metodologia é essencial para a realização de estudos em várias áreas, pois com determinado tema e um acervo disponível o pesquisador conseguirá descrever de forma coesa a tese.

Além disso, em concordância com Lakatos e Marconi (2001, p.183) “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia ao exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

De tal modo, a pesquisa caracteriza-se também em pesquisa exploratória, isso por que segundo o autor:

têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. (GIL, 2002, p.41).

Dessa forma, para elaboração do referente trabalho foram realizadas leituras dos materiais que trouxeram informações sobre a temática proposta e assim entender todo o contexto para a construção do mesmo. O material disponível sobre o tema foi analisado de forma criteriosa e assim o referido trabalho realizado de forma alicerçada nos objetivos previamente estabelecidos.

Artigos científicos e outras publicações on-line foram buscados em plataformas confiáveis, como SCIELO e repositórios de Universidades que disponibilizam suas teses e dissertações. Não há critério de atualidade, sendo assim, foram aceitas quaisquer publicações históricas.

ANÁLISE DOS DADOS

A análise de dados foi feita a partir de uma divisão de categorias, sendo que cada uma abrange um período, desde a época do Brasil Colônia até os dias atuais, abordando como a música se fez presente na educação em cada fase e a contribuição da mesma no processo de ensino e aprendizagem na Educação Infantil.

Dessa maneira, trabalhamos com as seguintes categorias de análise: a música no Brasil Colônia (Educação Jesuítica – catequeses); a música nas escolas do Brasil Império; a música nas escolas da primeira república e a contribuição da música no aprendizado da criança da Educação Infantil.

Conforme Gil:

A análise tem como objetivo organizar e sumariar os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos (2008,p. 156).

Desse modo, o estudo investigou sobre a música em vários períodos dentro do sistema educacional, dando ênfase à presença e contribuição deste recurso na Educação Infantil sendo utilizada como instrumento de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A música está presente na história da humanidade desde tempos arcaicos, tendo um percurso importante na história da educação brasileira, em diferentes períodos e de formas variadas. Segundo Brito (2003), o uso de diferentes tipos de sons na música é uma questão vinculada à época e à cultura”, assim o referido trabalho se debruçou em como esta arte se fez presente entre os períodos do Brasil Colônia, Brasil Império e Brasil República. Foi feita uma análise da presença da música na história da infância e na educação. Dedicamos uma parte da análise para a Educação infantil, pois é nesse nível de ensino que a música se faz presente com maior constância e de formas diversas.

Sobre o Brasil Colônia, os jesuítas exerceram grande influência na educação brasileira, através do seu projeto educacional, que tinha como propósito a conversão dos indígenas à fé católica e o trabalho educativo, dedicando-se também a formação da elite brasileira. Nota-se que o trabalho pedagógico desempenhado pelos jesuítas foi o mais influente, que permeou diversos níveis da instrução na sociedade colonial, sendo determinante na difusão dos conhecimentos. Esse projeto contou com a missão de vários padres que aqui chegaram e desenvolveram ações que perpetuaram muito tempo, como o *Ratio Studiorum*. E a música se fez presente durante essa jornada, pois os jesuítas a utilizavam no processo de catequização.

Portanto, para os jesuítas a música foi um instrumento essencial para catequizar e conquistar os nativos, pois perceberam que os índios a usavam em seus rituais, celebrações e também pela sua linguagem comum, de fácil acesso, que se fez presente durante toda a jornada das missões. Com isso, a música foi utilizada para transmitir sua religião e cultura, através dos cantos orfeônicos. Dessa forma, a música exerceu papel indispensável nos processos de transculturação. Com a expulsão da Ordem dos Jesuítas e com a chegada da família real no Brasil, ocorreram diversas mudanças, demarcando esse tempo o Brasil Império. Na educação imperial a criança, que ainda não era vista como um ser em desenvolvimento, recebia instrução a partir de 05 anos. No entanto, a precariedade do ensino marca essa fase, com poucos repasses de recursos por parte do governo e o despreparo do professor.

Diante desse cenário, a Reforma de Leôncio de Carvalho, ganhou notoriedade por pensar na educação e como ela deveria ser ministrada, inspirado no método intuitivo e no Positivismo. Para ele, a instrução de qualidade era um dos elementos para o progresso da sociedade, sendo essencial para o desenvolvimento do ser humano em muitos aspectos. Assim, o decreto instituía da obrigatoriedade do ensino primário, ampliação de escolas normais em

diversos lugares, a não obrigatoriedade do ensino religioso, a liberação dos escravos estudarem e a adequação dos ensinos primários, secundários e superiores.

Em se tratando do ensino da música, houve a reestruturação da nomenclatura para rudimentos de música, com ensino do canto e exercícios de solfejo, para o ensino primário. E a obrigatoriedade da disciplina de música vocal para a formação de professores. E a criação do Conservatório de Música, que tinha como intuito oficializar o ensino de música, administrado por Francisco Manuel da Silva (1795-1865), que via a função social da música e a sua utilização para tornar as pessoas mais felizes e melhores cidadãos. Assim, o conservatório instruiu aulas de canto com o uso de instrumentos como clarinete, flauta, corda, rabeca e o violoncelo, com destaque para o Canto, que era umas das opções mais solicitadas pelos alunos.

Mas com a falta de atenção do governo para com o conservatório e as duras críticas por parte da população em relação ao fechamento, pois a instituição era identificada como uma fundação de progresso e civilidade, e seu encerramento causaria uma desordem, com isso optou-se pela procrastinação.

Já na República ocorreram várias reformas educacionais, dentre elas: reforma de Benjamin Constant, que tinha como princípio a liberdade e o ensino laico, dividido em dois ciclos: 1º e 2º graus, com duração de 07 anos de estudo. Os alunos estudavam língua portuguesa, alemão, história natural e do Brasil e nos últimos anos de forma sutil, música e artes.

A Reforma de Epitácio Pessoa tinha como objetivo preparar o aluno para o ensino superior, sem expressar preocupação com a qualidade, desse modo a mesma não teve êxito. Já a reforma Rivadávia Correa ficou conhecida por desoficializar o ensino médio, isso porque retirou a intervenção do estado no setor educacional, designado um ensino livre.

Dentre as reformas, destaca-se a de Carlos Maximiliano, que defendia a melhoria da qualidade do ensino.

Passada a Primeira República, a Era Vargas evidenciava preocupação com o fortalecimento do governo. É criado o Ministério da Educação, mas o ensino é utilizado como instrumento colaborativo com o projeto reformista. A música durante não tinha muita importância nas escolas.

Somente após a Constituição Federal de 1988 e a LDB de 1996, um olhar mais atento para a infância sinaliza para a importância do atendimento em creches e pré-escolas como um direito social para o desenvolvimento integral da criança.

É notório que essa primeira etapa é de suma importância para a evolução da criança, pois é nela que a mesma começa a desenvolver suas habilidades motoras, linguísticas, artísticas,

dentre outras. Assim, a presença da música nessa fase é significativa, pois irá colaborar esse desenvolvimento integral.

Portanto, vimos que a música deve ser usada não só nestes momentos ou comemorações, mas como um instrumento que venha a auxiliar na socialização; coordenação motora; psicomotricidade; no processo de aquisição da linguagem; entre outros benefícios para o processo de ensino aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil**. 3º Ed. São Paulo: Moderna, 2006.

ARAUJO, Kenia Kerlley Saraiva. **A contribuição da música para o desenvolvimento e aprendizagem da criança**. Disponível em <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/a-contribuicao-da-musica-para-desenvolvimento-e-aprendizagem-da-crianca.htm>. Acesso em 22 de janeiro de 2020.

AUGUSTO, Antonio. **A civilização como missão: o Conservatório de Música no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Revista Brasileira De Música, v. 23/1, 2010. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/rbm/article/viewFile/29355/16497>. Acesso em 05 de maio de 2021.

ALMEIDA, José Ricardo Pires. **História da instrução pública no Brasil (1500 a 1889)**. Tradução: Antonio Chizzotti. São Paulo: EDUC; Brasília, INEP/MEC, 1989.

BOUTIN, Aldimara Catarina Brito Delabona; SILVA, Karen Ruppel. **As Reformas Educacionais na Era Vargas e a distinção entre o trabalho manual e o trabalho intelectual**. In: EDUCERE: XII Congresso Nacional de Educação, 2015. IDisponível em https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18721_9811.pdf. Acesso dia 27 de fevereiro 2020.

BRITO, Teca Alencar. **Musica na Educação Infantil**. São Paulo: Petrópolis, 2003.

BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. Ministério da Educação, 2017.

BRASIL, **LDB : Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. / Secretaria de Educação Básica. – Brasília. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Decreto Nº 1.331-A, de 17 De Fevereiro De 1854. **Coleção de Leis do Império no Brasil**. Brasília, p. 45 Vol. 1 pt I, 1854. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>. Acesso em 30 de abril de 2021.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.: il. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>. Acesso em: 25 de julho de 2019.

BITENCOURT, Eron Matheus. **A música nos aldeamentos jesuíticos**. São Paulo: Patio do Collegio, 2017. Disponível em https://www.pateodocollegio.com.br/wp-content/uploads/2017/07/ET_Musica_27-07-2017_Final_Publicacao_Site.pdf. Acesso em dia 24 de abril de 2021.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A Desoficialização Do Ensino No Brasil: A Reforma Rivadávia**. Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 108, p. 717-738, out. 2009. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/es/v30n108/a0530108>. Acesso em 22 de abril de 2021.

CASTANHA, André Paulo. **EDIÇÃO CRÍTICA DA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL PRIMÁRIA DO BRASIL IMPERIAL: a legislação geral e complementar referente à Corte entre 1827 e 1889**. Francisco Beltrão: Unioeste – Campus de Francisco Beltrão; Campinas: Navegando Publicações, 2013. Disponível em https://56e818b2-2c0c-44d1-8359-cc162f8a5934.filesusr.com/ugd/35e7c6_531868863e5d4215a2be0fbb33605728.pdf. Acesso em 02 de maio de 2021.

FAUSTO, Bóris. **História Concisa do Brasil**. Edusp. São Paulo: 2001. Acesso em 27 de fevereiro de 2020.

FILHO, Antônio J. A. **Pesquisa Histórica: teoria, metodologia e historiografia**. Histenferm Reveletrônica [Internet]. 2016; 7 (2):381-2. Disponível em <http://here.abennacional.org.br/here/2a01a.pdf>. Acesso em 12 de março de 2020

FILHO, João Cardoso Palma. **A República e a Educação no Brasil: Primeira República (1889-1930)**. 3. ed. São Paulo: PROGRAD/ UNESP/ Santa Clara Editora. 2005, p. 49-60. Disponível em <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/106/3/01d06t04.pdf>. Acesso em 27 de fevereiro 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HERNANDES, P. R. **A Companhia de Jesus no século XVI e o Brasil**. Rev. HISTEDBR Online, Campinas (SP) - ISSN 1676-2584, 2010. Disponível em

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639816>. Acesso em 27 de abril 2021.

LAKATOS, E. M; MARCONI, A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAIA, Janaina Nogueira. **Concepções de criança, infância e educação dos professores de Educação Infantil**. Campo Grande, 2012. 135 p. Dissertação (Mestrado) Universidade Católica Dom Bosco. Disponível em <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/11459-janaina-nogueira-maia.pdf>. Acesso em 06 de fevereiro de 2020.

MAGALHÃES, General Couto. **7º conferência para o tricentenário de Anchieta: Anchieta, as raças e línguas indígenas**. São Paulo: Typografia a vapor Carlos Gerre e Cia, [1880-1890]. Disponível em https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/4978/1/010904_COMPLETO.pdf. Acesso em 26 de abril de 2021.

MELO, C. S; MACHADO, M. C. G. **Notas para a história da Educação: considerações acerca do Decreto Nº 7.247, de 19 de Abril De 1879 De Autoria De Carlos Leôncio De Carvalho**. Rev. HISTEDBR On-line, Campinas (SP) - ISSN 1676-2584, jun: 2009. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639594>. Acesso em 03 de maio de 2021.

MONTEIRO, Donald Bueno. **Música Religiosa no Brasil Colonial**. Fides Reformata XIV, Nº1 P. 75-100, 2009. Disponível em <https://cpaj.mackenzie.br/wp-content/uploads/2020/01/4-M%C3%BAsica-Religiosa-no-Brasil-Colonial-Donald-Bueno-Monteiro.pdf>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2020.

NASCIMENTO, Maria Isabel de Moura. **O império e as primeiras tentativas de organização da educação nacional (1822-1889)**. Faculdade de Educação – UNICAMP, 2006. Disponível em http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_imperial_intro.html. Acesso em: 14 de fevereiro de 2020.

NETO, A. S; MACIEL, L. S. B. **O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões, 2008**. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a11.pdf>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2020.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão**. Paidéia, no. 4. Ribeirão Preto, Feb/July. 1993. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X199300010000. Acesso em: 27 de fevereiro de 2020.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 12^o Ed, São Paulo: Cortez, 1992. Disponível em <http://epsinfo.com.br/histriadaeducaobrasileira.pdf>. Acesso em 30 de abril de 2021.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes. **A lei brasileira de Ensino Rivadávia Corrêa (1911): Paradoxo de um certo liberalismo**. Educação em Revista, Belo Horizonte - MG, v.28, n. 03, p. 219-239. Set.2012. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/edur/v28n3/a11v28n03.pdf>. Acesso em 24 de abril de 2021.

QUADROS JR, J. F.S; QUILES, O. L. **Música na Escola: uma revisão das legislações educacionais brasileiras entre os anos 1854 e 1961**. Revista Música Hodie, Goiânia - V.12, p. 27, n.1, 2012. Disponível em <https://www.revistas.ufg.br/musica/article/view/21584/12674>. Acesso em 02 de maio de 2021.

SILVA, Gleidson; AMORIM, Simone Silveira. **Apontamentos sobre a educação no Brasil Colonial (1549-1759)**. Campo Grande, MS, v.18, n.4, p.185-196, out/dez. 2017. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151870122017000400185. Acesso dia 27 de abril de 2021.

SCHUELER, A. F.M. **Crianças e escolas na passagem do Império para a República**. Rev. bras. Hist. vol.19 n.37, São Paulo: Sept, 1999. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100004. Acesso em 28 de abril de 2021.

TELES, Tamires Santos; LIMA, Solyane Silveira. **Música de ver Deus: A música como instrumento jesuítico de educação e conversão indígena na América portuguesa (séculos XVI e XVII)**. 2016. Disponível em http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/viennhe/anais/trabalhos/eixo8/submissao_146956889741472992666588.pdf. Acesso em: 17 de fevereiro de 2020.

VIEIRA, Eduardo de Almeida. **A relação entre o Brasil e Portugal – uma análise sobre as perdas os danos históricos**. Disponível em <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/historia/a-relacao-entre-o-brasil-e-portugal-uma-analise-sobre-as-perdas-e-os-danos-historicos.htm>. Acesso em 29 de março de 2021.